

**TECENDO CAMINHOS DE (RE)ENCONTRO AO SER/FAZER COMUNITÁRIO:  
A NECESSÁRIA INFLEXÃO AO MODELO INDIVIDUALISTA NEOLIBERAL E  
COLONIZADOR NAS PRÁTICAS DA PSICOLOGIA<sup>1</sup>**

Oetsia Vargas Smits<sup>2</sup>  
Conrado Pável de Oliveira<sup>3</sup>  
Lara Brum de Calais<sup>4</sup>

**RESUMO:**

O presente artigo teve por objetivo analisar, através de um estudo qualitativo, de caráter exploratório e por meio da revisão narrativa, as condições para a construção de um sentido de ser/fazer comunitário em contraposição aos modos de subjetivação da vida, a partir do modelo individualista, neoliberal hegemônico na América Latina. Partindo de uma contextualização histórica do neoliberalismo em suas especificidades latino-americanas, seus modos de produção subjetiva e a relação com a constituição epistêmica-metodológica da Psicologia, o estudo direciona-se em três tópicos analíticos sobre o sentido de/do ser comunitário nas práticas do campo psicológico: o primeiro, com breve percurso histórico da psicologia comunitária, aliando-a às atuais preocupações dos estudos sobre a colonialidade; no segundo realiza-se uma aproximação com a psicologia política e a busca de um “comum” enquanto horizonte; no terceiro, se tece um possível (re)encontro com o ser comunitário latino-americano. Compreende-se no presente estudo que o sentido do ser/fazer comunitário, compõe possibilidades que superam a dicotomia entre individual e social em direção ao ser coletivo/comunitário. Isso, a partir do comprometimento ético-político-social com os problemas concretos na totalidade social, com as realidades das lutas por transformação social e (re)existências das populações – intencionalmente – colocadas à margem da sociedade. Produz-se assim, furos estratégicos no modo individualizante e mercadológico imposto pelo projeto capitalista, colonial e patriarcal, presentes historicamente nas práticas da Psicologia.

Palavras-chave: Ser/fazer Comunitário. Neoliberalismo. Colonialidade. Psicologia Comunitária. Psicologia Política.

**WEAVING WAYS OF (RE)UNION WITH THE BE/MAKE COMUNITARY: THE  
NECESSARY INFLECTION TO THE NEOLIBERAL INDIVIDUALISTIC AND  
COLONIALISTIC MODEL OF THE PSYCHOLOGY PRACTICES**

**ABSTRACT:**

The present article had as objective to analyze, through a qualitative study of exploratory character and a literature review, the conditions to build the meaning of be/make

---

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa “Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas”. Recebido em 01/11/20 e aprovado, após reformulações, em 01/12/20.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: oetsia@gmail.com.

<sup>3</sup> Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: conradopavel@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Pós-Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: laracalais@hotmail.com

community in contradiction to the means of subjectification of life inspired by a individualistic, neoliberal and hegemonic model on Latin America. Coming from a historical contextualization of neoliberalism on its specific qualities in Latin America, on its means of subjectivity production and its relation with an epistemological and methodological construction of Psychology, this study is directed by three analytical topics about the meaning of being community: the first one is a brief historical course of the Community Psychology, allying it with the current concerns of studies on coloniality, on the second one we work on an effort to make a rapprochement to the Political Psychology and the search for a “common” as a horizon, the third one weaves a possible (re)union with the Latin-American community be. It’s understood on this study that the meaning of the being/make community builds possibilities that overcomes the dualism between the individual and the social and gives power to the (re)union with the social/community being. It will be possible as long as it comes from an ethical-political-social commitment with the concretes problems of the social totality, with the fight over the social change and resistance of the people intentionally located on the boards of the society. So, it’s produced strategically holes on the individualizing and marketing methods imposed by the capitalist, colonialist and patriarchal project present in the history of the Psychology practices.

Keywords: Being/make community. Neoliberalism. Coloniality. Community Psychology. Political Psychology.

## 1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual evidencia um acúmulo de tensões e questões que permanecem ao longo da história, uma contínua repetição de disposições desiguais entre as populações e crises, nas mais diversas dimensões e proporções, em diferentes partes do mundo. Entretanto, o sistematizado caráter da lógica neoliberal, presente desde 1930, fundamentado na ideologia liberal e na organização de uma sociedade capitalista, tem tornado qualquer inflexão pelas políticas presentes de minimização das desigualdades abissais existentes no Brasil, uma aposta custosa e árdua (DARDOT; LAVAL, 2017).

O processo histórico da ascensão do capitalismo mundial também reforça a hegemonia global da cultura europeia ou ocidental, seja ela no controle das subjetividades e/ou na produção do conhecimento. Contudo, antes mesmo deste período, a colonização já ocasionava e configurava relações de dominação e exploração ocidental sobre as demais regiões e populações do mundo (QUIJANO, 2005), reproduzindo e refazendo tais relações até os dias de hoje.

Nascidos no período moderno/colonial, os estudos da Psicologia partiam, em sua maioria de um contexto eurocêntrico e tendo como público a burguesia ocidental, que se fundamentava na produção de um sujeito que se adaptasse às circunstâncias

individualistas, autônomas, flexíveis, liberais e que fosse produto e consumidor do mercado (ALVES; DELMONDEZ, 2015). A psicologia, deste modo, objetivou, individualizou, alienou e mercantilizou vidas pela expansão das lógicas capitalistas (PAVÓN-CUÉLLAR, 2017) coloniais e patriarcais (LIMA et al, 2019). Atualmente, estudos em psicologia avançam, a partir de uma perspectiva crítica, sobre o papel dessa ciência frente aos sistemas das desigualdades sociais (SAWAIA, 2009). Porém, para que haja a superação da dicotomia entre o individual e social, é necessário não apenas uma modificação de ideias ou a formulação de novos conceitos, mas uma análise crítica histórica e multidisciplinar contínua sobre os pressupostos que reproduzem os esquemas de alienação, sendo elas de caráter individualizantes, de dominação e exploração de uns sobre os outros (MARTÍN-BARÓ, 2017). E concomitantemente, (re)encontrar os outros modos de ser/fazer vida em comunalidade (o “comum” nas práticas comunitárias) encobertos pelas tantas facetas históricas da lógica do capital e que se reproduzem nos estudos psicológicos.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo analisar as condições de possibilidade para a construção de um sentido – como uma produção social, coletiva e interativa (SPINK, 2013) - de ser/fazer comunidade em contraposição aos modos de subjetivação da vida a partir do modelo individualista, capitalista e neoliberal hegemônico na América Latina. Para tanto, um estudo de natureza qualitativa de caráter exploratório foi realizado, tendo a revisão narrativa de estudos bibliográficos como orientação para as construções argumentativas que seguem (MATTOS, 2015). Neste sentido, as leituras sobre colonialidade, subjetividade e comunalidade/práticas comunitárias guiaram os caminhos analíticos aqui empregados; priorizando autores e autoras<sup>5</sup> da psicologia social, comunitária e política em perspectivas críticas e históricas; bem como autores e autoras<sup>6</sup> que trabalham as noções dos estudos sobre a colonialidade na América Latina em relação com a dimensão psicossocial.

Neste sentido, a pesquisa apresenta primeiramente uma contextualização da contextualização história do neoliberalismo, em suas especificidades latino-americanas, e uma análise dos modos de produção subjetiva a partir do modelo

---

<sup>5</sup> Tais como Cezar Wagner de Lima Góis (2005); Ignacio Martín-Baró (1997; 2017); Maritza Monteiro (1994; 2002; 2011); Bader Sawaia (2015; 2018) e Maria de Fátima Quintal Freiras (2001).

<sup>6</sup> Tais como Deise Mancebo (2002); Walter Mignolo (2017); Enrique Dussel (1993); Alberto Acosta (2016); Eduardo Galeano (2010); Poliane Delmondêz; Cândida Alves (2015) e Anibal Quijano (2005).  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 683- 708, jul./dez. 2020 – ISSN 2674-9483**

colonizador neoliberal no Brasil. Em segundo momento, partir-se-á de três tópicos analíticos sobre o sentido de/do ser comunitário, por meio de um breve percurso histórico da psicologia comunitária, na especificidade da América Latina, a relação com a psicologia política e um possível (re)encontro com o ser comunitário latino-americano. Considerando, em todo o delineamento do artigo, as lógicas da colonialidade e do capitalismo neoliberal, ante as quais se engendram possibilidades de uma psicologia insurgente.

## **2 A EMERGÊNCIA NEOLIBERAL E OS EFEITOS DO CAPITALISMO ÀS VEIAS LATINO-AMERICANAS**

As “veias abertas” (GALEANO, 2010) que formam o neoliberalismo advêm do histórico liberalismo econômico, datado no século XVIII em meio à Revolução Industrial, decorrente de um novo modo de produção manifestado no declínio do feudalismo: o capitalismo. O mesmo teve seu esteio inicial por meio do domínio dos bens da clerezia, da propriedade feudal, comunal e bens estatais pela defesa irrestrita da propriedade privada. A ideologia liberal construiu a afirmativa de que era através da procura do interesse próprio e visão individualista, que se alcançaria a felicidade e prosperidade de todos/as (PEREIRA, 2011).

Acosta (2016) afirma que a imposição de um imaginário de superioridade e inferioridade entre os sujeitos têm como consequência a possível ação de controle de uns sobre os outros. Tal relação de dominação e subordinação que já se fazia presente em uma matriz de poder surgida no Renascimento e Iluminismo europeu pós-feudal, por meio das vastas explorações de recursos naturais e seres humanos nas Américas, impõem o que se chama de colonialidade<sup>7</sup>. Assim, não só o liberalismo do século XVIII e neoliberalismo do século XX fundam, para os autores com perspectivas de(s)coloniais, as condições das hierarquias ocidentais, mas desde 1492 com o “encobrimento” do outro – invasão europeia às Américas –, estabelece-se o processo perpétuo e inesgotado de colonialidade - não somente marcado pela

---

<sup>7</sup> Definida por Mignolo (2017, p. 2) como “(...) a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental desde o Renascimento até hoje, da qual colonialismos históricos têm sido uma dimensão constituinte, embora minimizada”. Ou seja, para além do regime jurídico-estatal da colonização, uma forma de garantir a implantação do projeto de modernidade e um conjunto de processos subjetivos e objetivos que marcam as formas de vida na latino-américa.

colonização<sup>8</sup>. Um ciclo de base ontológica, mas com efeitos sociais, econômicos, culturais e políticos (DUSSEL, 1993), que se repete com a catequese (de um domínio branco sobre indígenas), escravidão (de apropriação branca sobre corpos negros), patriarcado (homens brancos engendrando circuitos de poder e legitimação da ordem em detrimento das mulheres), elitismo (com pobres sendo produzidos por lógica de produção desigual em estrutura) (QUIJANO, 2000; 2007; MIGNOLO, 2017; DUSSEL, 1993).

Em ênfase, têm-se que o processo de imposição colonial e produção de uma lógica de conquista (DUSSEL, 1993), então, ocasionou e configurou relações de dominação e exploração ocidental sobre as demais regiões e populações do mundo (embora com características específicas nas Américas), criando identidades/subjetividades colonizadas para determinados espaços geográficos e culturais. Reproduzindo, também, padrões de sentidos, simbolismos, expressões e modos de ser que anularam (ou mesmo sequestravam) a história de quem fosse diferente do ideário europeu (QUIJANO, 2005).

Por meio da lógica escravista – racista e patriarcal, necessariamente (QUIJANO, 2005) – as colônias adquirem valor, insufladas por extrativismos e exportações da natureza e de mão de obra barata, dando sequência a criação do comércio mundial e acumulação do capital nos países imperiais (ACOSTA, 2017). Marx (2013) vai conceituar tal processo como “acumulação primitiva”, por dar o início ao modo de produção capitalista através da superexploração de pessoas e espaços, para que haja a produção de riquezas à burguesia. Assim, tem-se o “progresso da tecnologia”<sup>9</sup> associado a acumulação do capital (ACOSTA, 2017), junção entre saber científico e técnica e efetivação de um projeto de modernidade em que o sujeito e propriedade privada são instâncias máximas dos emergentes Estados-Nações, dominados pela classe burguesa (QUIJANO, 2005).

As concepções liberais tiveram, assim, sua preponderância nas economias capitalistas até o início do século XX, se deparando com graves crises no percurso. Em oposição crítica a corrente intervencionista, presente nas atuações políticas dos governos da Europa e América do Norte (PEREIRA, 2011), os fundamentos teóricos

---

<sup>8</sup> Em outras palavras, os tidos como “conquistadores” dos “novos” territórios eram considerados “civilizados” – em nome do poder imperial e da fé cristã –, e os que ali viviam, vistos como “primitivos” (ACOSTA, 2016, p. 55)

do neoliberalismo encontram solo fértil na década de 1930<sup>10</sup>. Nesta reelaboração e atualização do sistema de ideias, compreende-se o indivíduo e a sociedade como sujeitos e produtos da construção da livre concorrência e a consubstancial ausência do Estado como agente regulador social. O atuação mínima do Estado, em meio a asserção neoliberal, tem como consequência a redução dos direitos e políticas sociais e dos direitos políticos. Porém, diferentemente do liberalismo, o novo modelo não visava a inexistência da atuação do Estado; a presença deste estaria vinculada a produção de diretrizes políticas menos intervencionistas e ao incentivo a concorrência, como princípio central da vida individual e social, enquanto uma nova lógica normativa. São mantidos os direitos civis, precipuamente o direito à propriedade privada, e a “responsabilização” de toda e qualquer possível reflexão, atuação, custo ou necessidade de cuidados estas caberiam ao indivíduo, visto como sujeito autônomo, provido de liberdade e negociação (DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019).

A aplicação da análise sobre o sistema-mundo<sup>11</sup> enquanto globalização se expande drasticamente no neoliberalismo, e o sul global, mais uma vez, está como solo de políticas de austeridade de órgãos de controle, como o Fundo Monetário Internacional (WALLERSTEIN, 2012); as políticas de morte, sustentadas na dimensão da subalternidade, especialmente reservada à população negra, fruto da articulação entre colonialidade, racismo e violência do Estado que dominam a vida ao poder da morte (MBEMBE, 2018) e os sistemas de hierarquias, presentes nas lógicas das conquistas e estrutura so

cial das colônias e suas relações de dominação de uns sobre outros (PRADO, 2011), repercutindo-se nos modos de vida atuais, externa e internamente, a partir dos marcadores sociais historicamente construídos.

---

<sup>10</sup> Em meio a frágil política, economia e estrutura que o contexto europeu apresentava. Se tornando um território consentâneo às possíveis mudanças, uma vez que visava a reestruturação dos países atingidos (BROWN, 2019).

<sup>11</sup> Para Immanuel Wallerstein, anteriormente do neoliberalismo, a análise dos sistemas-mundo, com o intuito de inflexionar qualquer estudo que tinha como condutor as ciências sociais dominantes, propõe uma reorganização indisciplinar e uma referência epistemológica ímpar para todo o saber. Ao necessitar do reconhecimento acadêmico, a teoria da globalização ganha repercussão para difundi-la e a análise é vista como precursora da teoria, por mais que se diferenciavam em uma gênese, profundamente (WALLERSTEIN, 2012).

Mediante a este contexto, a política econômica neoliberal ganhou peso em 1970, assolando (ainda mais) áreas rurais e suburbanas no Norte global<sup>12</sup> (BROWN, 2019). Nesse processo, propiciou-se espaços mobilizadores e legitimadores da devastação antidemocrática na segunda década do século XXI. Além de inspirar discursos de liberdade não apenas para ampliar o poder do capital, mas para justificar suas visões excludentes e violações de direitos igualitários, em prol de uma hegemonia branca, masculina e cristã, decorridas da classe dominante e do imperialismo europeu (BROWN, 2019). Tal percurso não está unicamente na recordação passada, mas presente historicamente nos dias de hoje, explicando e atuando na organização do mundo (MIGNOLO, 2017).

### **3 MODOS DE PRODUÇÃO DA SUBJETIVIDADE A PARTIR DO MODELO COLONIZADOR NEOLIBERAL NO BRASIL**

Martin-Baró (1997), ao se referir a América Central, reforça a complexidade do que constitui a base dos problemas que ali se instalam, especialmente devido à “injustiça estrutural” dos seus sistemas sociais. Em sociedades consideradas subdesenvolvidas em um sistema capitalista, há uma acentuada contradição entre uma minoria que detém grande parte das riquezas disponíveis, enquanto a maioria vive em condições miseráveis, ou precarizadas de sua subsistência<sup>13</sup>.

A distribuição desigual de bens continua se reproduzindo devido à utilização de dispositivos de controle e repressão social, ofuscando todo o processo histórico que evidencia a necessidade de revolução nessas estruturas sociais injustas, que oprimem e exploram grande parcela da população para que outros possuam todo o tipo de conforto e luxo (MARTIN-BARÓ, 1997).

Considera-se, portanto, que entre os fundamentos básicos de uma sociedade capitalista, teoria e ideologia neoliberal, está o princípio do mercado - viabilizando a produção de relações competitivas e otimizadoras do lucro e do acúmulo do capital

---

<sup>12</sup> Haurindo empregos, aposentadorias, equipamentos educacionais, espaços, infraestruturas e demais gastos sociais em detrimento da procura de mão de obra barata e os paraísos fiscais no Sul global, para o acúmulo do capital (BROWN, 2015).

<sup>13</sup> Essa construção histórica forja uma realidade como a atual, que no caso do Brasil assume a posição do 7º país mais desigual do mundo, com índices onde “a parcela dos 10% mais ricos do Brasil concentram 41,9% da renda total do país, e a parcela do 1% mais rico concentra 28,3% da renda”, segundo Relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2018)  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 683- 708, jul./dez. 2020 – ISSN 2674-9483**

(MANCEBO, 2002) - e a tese de que todos são iguais perante a lei, desconsiderando toda a hierarquia histórica, herdada, especificamente na América Latina, das ideologias de classificação social (racial e sexual/de gênero) (GONZALEZ, 1988). A lógica do capital capilariza seus efeitos organizando as relações sociais e políticas, desdobrando-se direta e indiretamente sobre os corpos humanos e suas motivações perante a vida; moldando valores e relações mercantis, como padrão de leitura do mundo e pautando seus comportamentos por um utilitarismo individual (MANCEBO, 2002).

O recorte histórico do neoliberalismo, em seu desdobramento de mantenedor das relações de colonialidade de poder - ao que nesse artigo simplifica-se ao sintagma de “neoliberalismo colonial” -, aponta para os impactos políticos e econômicos desta trajetória, mas também para a construção e produção de subjetividades. Partindo de uma concepção de subjetividade com base na Psicologia Social (crítica e histórica), entende-se que a compreensão dos fenômenos psicológicos precisa ser situada, temporalizada e espacializada, considerando sua dimensão de construção e movimento constantes. Este fenômeno deve ser entendido como a subjetividade, estabelecida na relação dialética com o mundo material e social<sup>14</sup> (BOCK; GONÇALVES; FURTADO, 2015).

No ideário neoliberal, o indivíduo se torna o seu centro, determinando-o como autônomo e responsável por suas próprias ações, escolhas e repercussões (WERLANG; MENDES, 2013). Suas relações externas se baseiam nos próprios interesses individuais e difundido para uma relação de mercado (PAVÓN-CUÉLLAR, 2017). Bem como, numa diminuição do papel do Estado em seus serviços executados para uma expansão da participação do capital privado (SILVA; ALEXANDRE, 2019). Com isso, são diminuídos – ou privatizados – os suportes sociais, a história que atravessa os indivíduos, os dispositivos que o formam; assim como, é produzida uma deslegitimação da consciência sobre o sistema macropolítico que o permeia. Como efeito, fabricam-se subjetividades atomizadas, individualistas, consumistas, competitivas (SILVA; ALEXANDRE, 2019) e modelos de “sujeito empresarial”, como conceituam Dardot e Laval (2016), inteiramente imersos na competição mundial,

---

<sup>14</sup> Vincula-se, portanto, a modos de existência em respectivos tempos e espaços, o que a faz a subjetividade ser construída e, constantemente, atravessada por fatores sociais, culturais, relacionais e históricos; bem como as próprias situações políticas e econômicas permeadas no contexto vivido (SILVA; ALEXANDRE, 2019).  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 683- 708, jul./dez. 2020 – ISSN 2674-9483**



internalização<sup>15</sup> da ideologia neoliberal e tendo como consequência, a fragilização do vínculo social.

O que é entendido por liberdade e avanços da economia aparentemente igualitários, provém de uma longa trajetória de exploração, colonização e opressão de uns sobre outros. Como consequência atual, grande parte da população se encontra em altos níveis de produtividade e em longas jornadas de trabalho, a fim de conquistar o mínimo para a sua subsistência. Enquanto outros retêm, de forma exorbitantemente desigual – mantida por veias históricas ainda abertas – a maior parte das riquezas do mundo (ACOSTA, 2016). Guareschi (2012) acrescenta à discussão ao elucidar sobre as relações de exclusão, apontando que a reafirmação da lógica de competitividade na razão neoliberal, além de gerar mecanismos (estratégicos, para o capital) de culpabilização e exclusão de saberes; ela ainda se manifesta entre desiguais, mantendo dominados e dominantes, predominantemente (e cada vez mais), destoantes um dos outros, ou seja: “(...) *a competitividade exige e exclusão*” (GUARESCHI, 2012, p.147, grifo do autor).

#### **4 ALGUNS DOS FIOS QUE AMARRAM E ENTRELAÇAM A POSSIBILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM SENTIDO DE COMUNIDADE NAS PRÁTICAS DA PSICOLOGIA**

A ideologia neoliberal ganha superfície fértil quando o princípio da sua eficácia chega a esfera psicológica, capturando o indivíduo com imagens ilusórias e se concretizando como um dispositivo de produção de políticas econômicas, bem como no desenvolvimento da sociedade capitalista (PAVÓN-CUÉLLAR, 2017). É precisamente no avanço e desdobramento do capitalismo na Europa, permeado pela revolução industrial e o despertar do neoliberalismo, que as questões voltadas à Psicologia se originam, tal como a elaboração do conceito de individualidade (MANCEBO, 2002). O saber psicológico se desdobra inicialmente, portanto, centralizando o indivíduo como objeto de estudo e o moldando conforme a perspectiva ocidental e colonial (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

---

<sup>15</sup> A propagação desses modos de produzir a vida se expande em meio as propensões de instituições e empresas de maior porte, tendo elas relevante influência nos órgãos de poder da sociedade e dispositivos midiáticos, capazes de instigar e afetar a vida social do sujeito civil, a expansão de relações sociais vinculadas ao modelo capitalista, entre outros efeitos (STOTZ; ARAÚJO, 2004). Tal processo molda o desejo através de lógicas de dominação, da conquista, lucro e uma falsa aceção de liberdade (PAVÓN-CUÉLLAR, 2017).  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 683- 708, jul./dez. 2020 – ISSN 2674-9483**

Envolvida em tais meandros, a Psicologia consolida-se nos séculos XIX e XX nos países do eixo central do capitalismo no hemisfério norte, com o intuito de responder às necessidades apresentadas no contexto de uma sociedade em desenvolvimento. Expande-se apresentando padrões de normalidade, para que as questões voltadas ao ajustamento e exclusão social obtivessem respaldos teóricos e científicos. Neste campo de saber, atribui-se uma carga extrema a fatores individuais para justificar os comportamentos sociais de forma naturalizada e universalizada (MANCEBO, 2002; PAVÓN-CUÉLLAR, 2017; ALVES; DELMONDEZ, 2015).

Para Parker (2007), tais modelos se inclinaram cada vez mais ao modo de vida burguês, embasados na perspectiva do homem branco, heterossexual, europeu e adaptado pelos modos impostos pela lógica capital. Considera-se de forma restrita o sistema social, econômico e classista que cerca o sujeito, se tornando reprodutor do individualismo e fortalecedor da razão neoliberal.

Quijano (2005) aponta como a perspectiva eurocêntrica carrega sua história unilateral e unidirecional e a expande no processo político, nas relações e subjetivações latino-americanas, aprisionando-os em espelhos eurocêtricos nos quais sua verdadeira imagem, o que ela é e se compõe em sua totalidade, é distorcida, sendo necessário a desfazer, para refazer. E se o sujeito não possuir uma representação e um reconhecimento do que lhe constitui, não haverá um registro psicológico, sendo este enquadrado a modelos que lhe são apresentados e direcionados pela colonialidade do poder (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

A consequência se expressa ao se perceber uma fácil assimilação do que se origina da Europa e da América do Norte, ao ser adotado pelo Brasil. A pouca valorização das pesquisas realizadas nas universidades nacionais e na América Latina como um todo, bem como nos países asiáticos e africanos (FERREIRA, 2009); sendo que, em contraposição, se percebe uma contínua exploração<sup>16</sup> dos recursos naturais no país.

Martín-Baró (1997) afirmou que, para se fazer psicologia, é necessário o posicionamento de uma responsabilidade histórica e uma contínua contribuição para

---

<sup>16</sup> Como por exemplo, o Relatório Anual de Desmatamento, organizado pelo projeto MapBiomias (2020) que identificou que em 2019 foram desmatados no Brasil 1.218.708 hectares, uma média de 3.339 ha por dia, sendo elas principalmente dos biomas da Amazônia (63% da área) e do Cerrado (33,5% da área). Nestas, apenas 0,5% da área devastada durante o ano possuía legalidade, dentre elas, 16,6% ocorreu em terras indígenas ou em unidades de conservação.

a modificação das condições que sustentam a alienação da consciência, a desigualdade social e o bloqueio do processo de encontro com a identidade histórica. Configurando o que realmente seriam as bases concretas para um sujeito a se portar como dominador ou dominado, ou como um explorador, opressor ou oprimido. Fundamentando-se nessas premissas, serão desenvolvidos três tópicos analíticos sobre o sentido de/do ser comunitário, por meio de um breve percurso histórico da psicologia comunitária, na especificidade da América Latina, na relação com a psicologia política e um possível (re)encontro com o ser comunitário latino-americano. Discutir-se-ão transversalmente as lógicas da colonialidade e do capitalismo neoliberal, que engendram as possibilidades de construção de uma psicologia insurgente.

#### 4.1 O(S) ENCONTRO(S) (E DESENCONTROS) DA PSICOLOGIA COMUNITÁRIA COM O SER/FAZER COMUNITÁRIO

Ao pensar nas práticas da psicologia como produtos inseridos nas lógicas de colonização capitalista, a psicologia comunitária, em diferentes países da América Latina, emerge como fissura possível neste cenário. Predominantemente construída de forma crítica em contextos de ditaduras civil-militares, regimes autoritários e crises econômicas, as práticas da psicologia comunitária<sup>17</sup> na América Latina orientam-se após 1970, como certa resposta às demandas por movimentos e saberes que pudessem potencializar a participação de grupos organizados em prol da transformação dessas realidades, marcadas pela precarização corrente de territórios e vidas atingidas diretamente nestes países (GÓIS, 2005; MONTERO; SERRANO-GARCIA, 2011; GALEÃO-SILVA, 2016).

Como efeito da crise da Psicologia Social Brasileira, a construção de uma Psicologia Social crítica no fim da década de 70 e, principalmente, em 1980 - com o objetivo de questionar os panoramas tradicionais produzidos ao longo do seu próprio percurso -, tem se preocupando não somente em contextualizar suas pesquisas e

---

<sup>17</sup> Por mais que existissem divergências epistemológicas, metodológicas e diferentes origens de consolidação, a psicologia comunitária latino-americana tem como marco comum a preocupação com contextos de vulnerabilidade, injustiça e opressão social; com as desigualdades estruturantes que assolam grupos e a própria constituição da subjetividade; e como o/a psicólogo/a, neste campo comunitário, se articularia com a população e constituiria sua identidade, em contraposição ao modelo hegemônico, estigmatizante e pertencente à uma psicologia dominante euro-estadunidense (MONTERO; SERRANO-GARCIA, 2011).

estudos voltados às problemáticas sociais - como a realidade dos povos da América Latina e suas lutas por emancipação - mas também, em se comprometer com as mudanças sociais em sua profundidade, rompendo alianças com perspectivas individualistas, positivistas e apolíticas de ciência (GÓIS, 2005; CASTRO; MAYORGA, 2019). O debate inicial compreende a participação social e implica no desenvolvimento da consciência como dispositivos que evidenciam o indivíduo como sujeito histórico-social. Atravessado por uma estrutura social de classes, tidas em um determinado espaço geográfico, histórico, cultural, social, político, econômico, simbólico e ideológico; pertencente à relações sociais, a qual formam uma rede que vai para além do grupo ou do envolvimento interpessoal (GÓIS, 2005).

Diferentemente da perspectiva da psicologia social norte-americana, majoritariamente com sua construção de saberes ideologicamente liberais e corporativistas, o sentido de “comunidade”, a partir da Psicologia Social Comunitária latino-americana perpassa, inicialmente, a concepção de um coletivo de pessoas que partilham interesses, ações e espaços em comum. O papel da psicologia, neste campo, seria o de agenciar a potência existente nas relações coletivas e as interfaces entre sujeito e a sociedade, a partir de uma consciência crítica sobre a exploração e alienação que assolam o sul global e da viabilização de um projeto político democrático (GÓIS, 2005; SAWAIA, 2015; CASTRO; MAYORGA, 2019).

Por sua vez, ao colocar o sujeito e sua relação com a sociedade como objeto de estudo e análise, a Psicologia Social Comunitária se depara diretamente com as problemáticas das esferas sociais e como estas constituem a própria subjetividade humana. O período pós ditatorial deixa marcas no solo político e social brasileiro, engendrado pela necessidade de uma reforma do Estado em resposta aos movimentos sociais, que lutavam pela garantia de direitos sociais básicos das populações tidas, historicamente, como subalternas (CASTRO; MAYORGA, 2019). Neste movimento, é possível analisar características de uma noção de “comunidade” que se alicerça perante as lutas e resistências realizadas em processos coletivos, manifestando-se desde o direito mínimo da moradia, saúde e cultura, ao questionamento sobre o “direito à cidade” (SVARTMAN; GALEÃO- SILVA, 2016), em meio à apropriação do espaço urbano pela classe dominante (HARVEY, 2014).

Influenciada pela perspectiva latino americana de Enrique Dussel, Maritza Monteiro (2002) defende a impossibilidade do conhecimento que parte unicamente

de si-mesmo ou do “outro”, mas a centralidade da “episteme da relação”. Neste, ambos, em suas alteridades e na relação, são produtores de conhecimento, expandindo em dimensões ético-políticas, fortemente passíveis de comprometimento com a libertação. A Psicologia Comunitária latino-americana, desta forma, fortalece metodologias participativas e criativas; e considera os sujeitos enquanto agentes históricos ativos, capazes de exercer mudanças no ambiente e na estrutura social a partir das potencialidades psicossociais existentes nas comunidades. Assim, contribui-se significativamente para o rompimento com as com lógicas tecnicizadas e instrumentalizadas no modelo euro-estadunidense, (MONTERO, 1994) e colonizador presentes na história da psicologia. Para além, implicar a psicologia comunitária aos problemas das maiorias populares fomenta uma nova epistemologia e práxis na psicologia, comprometida, historicamente, com os povos oprimidos e a valorização do saber popular, em seu processo revolucionário (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Emerge-se, portanto, a necessidade de politização das práticas da psicologia e o deslocamento dos setores e movimentos sociais populares - historicamente marginalizados - como atores sociais e políticos protagonistas das mobilizações coletivas e comunitárias (FREITAS, 2001; CASTRO; MAYORGA 2019). Sawaia (2015) se posiciona ao apontar que a própria existência coletiva, as experiências partilhadas entre o ser e o outro se tornam tangíveis de uma intersubjetividade que pode propiciar novas formas coletivas (comuns) de luta pela libertação e transformação social. Tal implicação do sujeito enquanto agente ativo, histórico e transformador da realidade - e sujeito à isso - potencializa-o tanto para si, quanto para a desalienação e desnaturalização de um individualismo mercadológico. Caminha-se ao encontro com o “nós” comunitário e plural presente nas lutas por melhores qualidades de vida que, em vozes coletivas, gritam por um projeto ético-político do comum, conceito este que será debatido no tópico seguinte.

Entretanto, ao mesmo tempo que abre-se espaço para políticas sociais e com ela, o lugar do profissional de psicologia nas instituições públicas, o sistemático projeto neoliberal - que não rejeita o papel do Estado, mas utiliza dos seus mecanismos de agenciamento para o estabelecimento de sua ideologia - assola a sociedade capitalista (OLIVEIRA; PAIVA, 2016) e, sobretudo, ganha peculiares formas nos países historicamente colonizados e que lutam, arduamente, por alguma libertação possível (MARTÍN-BARÓ, 1986; SVARTMAN; GALEÃO- SILVA, 2016).

Vale ressaltar que o projeto político-ideológico do neoliberalismo traz consigo o conservadorismo massivo para justificar as relações sociais e com ele, engendram-se concepções e constituições generalistas sobre relações comunitárias, coletivos e formas de se socializar. Limita-se à instâncias unicamente familiares, pequenos grupos fragmentados que, ao máximo, buscam coletivamente por mudanças em esferas individuais, que em quase nada se pautam, concretamente, com transformações nas estruturas desiguais na dimensão histórica da totalidade. Para além, a ideia de uma comunidade, em que se vise um “bem comum” ganha um lugar idealizado, de homogeneização e imobilismo, muito relacionado à compreensão do “paraíso perfeito” no ideário cristão, onde o “mal” e a injustiça não existam e que apenas o caminho - individual, autogestivo, de autoculpabilização, de muito trabalho e pautando-se no ideal de perfeição moral-espiritual - é capaz de viabilizar algum tipo de transformação para si, que resultaria em uma melhor qualidade de vida para todos (SAWAIA, 2015; BROWN, 2019).

#### 4.2 O SER COMUNITÁRIO LATINO-AMERICANO E A BUSCA DE UM “COMUM” NOS ESTUDOS QUE SE APROXIMAM DA PSICOLOGIA POLÍTICA

Nessa perspectiva, se a construção de uma psicologia contra-hegemônica ainda era (e é) uma fissura, comparada aos tantos saberes que essa ciência (se) instituiu e produziu, acoplada à ordem social dominante e um colonialismo cultural, percebe-se que, até os dias de hoje, o ideário individualista ainda se faz presente na formação teórico-metodológica do próprio profissional (FREITAS, 2001; OLIVEIRA; PAIVA, 2016; GONÇALVES, M., 2019), fortemente constituído, como apontam Alves e Delmondez (2015, p.13): “(...) pelo imaginário construído pelos discursos oficiais”.

Ao entender-se que pertence à classe trabalhadora, analisa-se que o(a) psicólogo(a) está submerso à lógica de exploração pelo trabalho e que ele(a), necessariamente, precisa produzir o máximo possível para a sua própria subsistência, em meio à competitividade imposta pela razão neoliberal no mercado de trabalho. Diante disso, a possibilidade de reprodução de ideologias individualistas, colonialistas e mercantilistas se tornam amplamente significativas, o que reflete na própria proliferação de um sentido comunitário contrário ao que vinha sendo construído pela

Psicologia Comunitária na América Latina (SVARTMAN; GALEÃO- SILVA, 2016; GONÇALVES, M., 2019).

Em contraposição a este âmbito, incentiva-se na perspectiva crítica, que toda e qualquer problemática que é analisada e refletida teoricamente por campos epistêmicos, deve se fazer a partir do comprometimento ético-político-social com os problemas concretos presentes na totalidade social. E esse encontro só é possível que se dê efetivamente, quando é realizado juntamente com os movimentos de resistência das comunidades e suas próprias configurações de resolução de conflitos e participação política. Nele, percebe-se que o tão falado “sofrimento psíquico” que a psicologia reproduz em seus discursos e práticas, demasiadamente individualizante, pode ser a dor de longos - e históricos - processos de dominação que afligem e atingem, diretamente o sujeito e os seus tantos pares presentes no seu meio comunitário e na sua ancestralidade (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016).

Os atuais estudos psicopolíticos trazem, portanto, uma compreensão sobre como as políticas de subjetivação em curso podem ser constituídas por uma regulação de poder e psiquismo; em que a mesma pode ser concebida por uma subjetivação política, que resista aos enquadramentos coloniais, que modelam modos de vida dos sujeitos (ALVES; DELMONDEZ, 2015). O sofrimento por ser político, a alternativa passa a ser a de viabilizar processos políticos de enfrentamento, mas agora, de modo coletivo e encontrando outras formas de contar a história, de organizar os saberes e a vida.

Neste sentido, a Psicologia Política se expressa como um dispositivo analisador e potencializador do ser/fazer crítico e transformador presente em cada sujeito, justamente por pautar essa afirmativa e construir subsídios no campo epistêmico e na práxis legitimadora de participação em ações das práticas comunitárias e políticas. Isso, criando formas de que estas se estendam a todas e todos, de modo que possa romper com as lógicas dominantes e subverter as estruturas de significação opressoras, oriundas da ordem colonial. Não tendo como foco apenas as dificuldades e problemas que se encontram nos contextos latino-americanos, mas também as tantas potencialidades que foram encobertas e devido a isso, são inimagináveis (ROSA, 2013; ALVES; DELMONDEZ, 2015). Tal caminho, não se faz, contudo, sem um escrutínio dos processos macro e micropolíticos que atravessam historicamente as formas de organização social e constituição subjetiva,

tais como a análise e enfrentamento do racismo, o reconhecimento do elemento patriarcal constituidor da sociedade, entre outros.

Dardot e Laval (2016; 2017) ressaltam essa perspectiva ao identificarem um princípio político atrelado à ideia do “comum”, provindas de buscas coletivas por novas formas de orientar a democracia pluriversal e igualitária - radicalmente contra a racionalidade neoliberal, a partir dos movimentos sociais, lutas e discursos vindos de contextos comunitários marginalizados nestes últimos anos. Em diálogo, Hardt e Negri (2016) orientam seus estudos sobre a teoria do comum carregando as reflexões a partir das experiências concretas do comum (visto aqui no plural) para uma concepção mais abstrata e politicamente desejosa do comum (no singular), o que se expressa nos movimentos sociais em favor de determinada causa coletiva (que também se torna/é individual).

Retornando aos estudos teórico-metodológico-estratégicos sobre a comunidade a partir da América Latina, o próprio percurso histórico de uma psicologia na comunidade se vê diretamente implicada, em diferentes períodos históricos, com os movimentos populares que expressam, desde o início da colonização e exploração capitalista, a resistência. Como afirma Martín-Baró (2017), ao dizer que:

(...) nada mais urgente que resgatar toda essa riqueza popular e preservar todo sedimento humano que tornou historicamente possível a solidariedade dos pobres diante da exploração, a entrega à causa da comunidade frente ao individualismo, o saber popular frente ao imperialismo cultural (MARTÍN-BARÓ, 2017, p. 84).

Nesse sentido, o conceito de comunidade, que atualmente orienta a práxis neste âmbito, tanto assume um lugar de articulador entre as novas práticas da psicologia social compromissadas (de forma contextualizada e histórica) com as realidades das lutas por transformação social; como também propõe uma noção de ser/fazer comunidade em que haja um convívio igualitário/comum entre vidas, práticas sociais constitutivas e territórios. A qualidade de vínculo com o outro e com o mundo se fundamentaria na construção de experiências humanas e com a natureza, desinteressadas de motivos meramente lucrativos, para que haja relações de troca, comunicação e construção de vínculos de forma concreta e criativa (ACOSTA, 2016; SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016).

Assim, a literatura encontrada tem pautado a noção de comunidade em seu sentido ontológico, incluindo também compreender o seu caráter sociopolítico e utópico (SAWAIA, 2015). Svartman e Galeão-Silva (2016) também vão discorrer sobre



o seu sentido enquanto expressão da construção de uma organização social radicalmente democrática (plural e igualitária), que supere as tantas relações de dominação e exploração de uns sobre os outros e a desigualdade de classes. Por mais que esta ainda não seja alcançada, a mesma pode ser entendida como um horizonte que permita a construção de possibilidades, fissuras de subversão e que viabilize práxis emancipadoras nos processos comunitários vivenciados pelos sujeitos, juntamente com o entendimento da realidade social e macropolítica circundante, “(...) direcionando-as para uma prática com sentido subversivo e contestatório radicais.” (SVARTMAN; GALEÃO-SILVA, 2016, p. 344).

O processo para tal não é dito como simples, porém constrói seus caminhos no reencontro com as memórias históricas e políticas, na práxis cultural e de solidariedade não romantizada ou caritativa. Desta forma, demarca o estabelecimento da vida em uma perspectiva de ser/fazer/sentir comunidade, em torção ao modelo neoliberal individualista e mercadológico do ser (ACOSTA, 2016; 2019). Em que o subjetivo não mais se torne sinônimo de indivíduo, em um essencialismo auto-suficiente que se perde do vínculo social, mas sim potencializando-o como sujeito coletivo, rompendo com a dicotomia entre o social e o individual e construindo um sentido de ser comunitário/comunidade (SAWAIA, 2009) a partir de um processo de transformação no fazer crítico e na relação de uns com os outros, consigo e com o meio ambiente (MARTÍN-BARÓ, 1997). Como apontado por Silvia Federici e Caffentzis (2020), ao discutirem sobre as questões comunitaristas anticapitalistas que o termo “comum” abrange:

Os comuns não são apenas meios pelos quais compartilhamos igualmente os recursos que produzimos, mas também um compromisso com a criação de elementos coletivos, um compromisso de promover interesses comuns em qualquer aspecto de nossas vidas. O comum anticapitalista não é o ponto final da luta para construir um mundo não capitalista, mas o meio para isso. Nenhuma batalha para mudar o mundo pode ser vitoriosa se não nos organizarmos para ter um sistema de reprodução comunitária, não apenas para compartilhar tempo e espaço em reuniões e manifestações, mas para colocar nossas vidas em comum, organizando-nos de acordo com nossas diferentes necessidades e possibilidades, e rejeitando qualquer princípio de exclusão ou hierarquização (FEDERICI; CAFFENTZIS, 2020, p. 31).

#### 4.3 UM POSSÍVEL (RE)ENCONTRO COM O SER COMUNITÁRIO LATINO-AMERICANO

Como abordado ao longo desse artigo, devastado por um processo (e projeto) de persistente colonização, exploração capital, extrativismo dos seus recursos e da sociedade, o Brasil e, mais amplamente, a América Latina são considerados territórios que tiveram os maiores processos de interculturalidade do mundo. Ao retornar à memória histórica dos espaços e caminhos percorridos e engendrados, nota-se os tantos pensamentos, movimentos, filosofias, modos de vida e sonhos plurais que cada espaço e vida carregam consigo, não há como negar a própria formação da subjetividade inerente às dinâmicas socioculturais. Concomitantemente, ainda há algo que os reúne, em uma trilha histórica do comum: tanto o lugar de subalternos, quanto vidas, que de forma coletiva, lutam e resistem pela sua (re)existência pluriversal (GONÇALVES, B., 2019).

Os estudos da Psicologia Social Comunitária latino-americana que se interseccionam com a Psicologia Política, tem colocado o sujeito, para além de sua dimensão individual, mas simultaneamente como ator coletivo, social e político voltado à transformação da realidade concreta, ao considerá-lo enquanto sujeito, inserido em uma materialidade histórica que o produz<sup>18</sup> (FREITAS, 2001).

Ao compreender o percurso atribuído ao sentido de comunidade no campo epistemológico da psicologia, percebe-se uma intrínseca relação do mesmo com o princípio do “comum”. Entretanto, o mesmo não deve cair nas amarras que o engendram em um princípio moral abstrato, um adjetivo a um indivíduo, um bem material ou um tipo psicológico de enquadramento naturalista. Bem como cair na dicotomia de se pensar o “comunitário” enquanto coletivo em uma instância idealizada, teleológica e inalcançável, sobrepondo individualidades a partir de uma moral e abstração. Mas como um princípio político, em que, a partir de atividades práticas da construção de comuns, também torna-se possível construir um sujeito coletivo/comunitário (DARDOT; LAVAL, 2017), viabilizando-se, assim a construção de um sentido de comunalidade (o princípio do “comum”, aqui representado, no campo comunitário).

---

<sup>18</sup> Nesta perspectiva, trabalhos teórico-metodológicos sobre as relações de poder, hierarquização da vida e consciência concreta da realidade/totalidade tem se tornado a própria denúncia à razão neoliberal e fragmentação mercadológica da vida cotidiana, ao se deparar com os sentimentos e sensações de impotência, sofrimento e precarização da vida injusta que os setores populares vivenciam (FREITAS, 2001).

Para tanto, pensar em um ser comunitário, nas especificidades dos saberes da América Latina, ultrapassa as premissas antropocêntricas, que bastam-se em determinações unicamente humanas para a transformação da sociedade e o indivíduo como centro e poderio de um todo. Ora, se as próprias histórias narradas (e sentidas) sobre as relações de dominação de uns sobre outros é sempre contada atravessada por movimentos do campo, da floresta à favelas e periferias, em meio às relações (e comparações) com os centros urbanos; e a expropriação de bens para a lógica da conquista de riquezas vai desde a mão de obra humana à recursos materiais da natureza, analisa-se que há algo intrínseco na comunalidade, que relaciona o ser humano com a própria natureza e seu território, ou melhor: entender, de uma vez por todas, a indissociação do sujeito enquanto natureza e a natureza enquanto subjetividade, por ser um dos elementos (entre tantos) de formas de vida produzidas em determinado espaço/território (ACOSTA, 2016; KRENAK, 2019).

Eduardo Galeano (2010), em seu livro “As veias abertas da América Latina”, aponta como os povos da América Latina e Caribenha guardam, em seus contos, narrativas e memórias ancestrais, as referências que sustentam suas identidades, seus “espelhos enterrados” (QUIJANO, 2005) e seu encontro com a resistência diante desse “moinho de gastar gente”, como apontado por Darcy Ribeiro (2015) ao dizer sobre a colonização no Brasil. Dentre esses, cosmovisões de povos originários retiram o ser humano do centro das necessidades e horizontaliza-o enquanto elemento relacional da natureza, história e o território que se encontra (SANTOS, 2008), flexionando qualquer engendramento homogêneo em suas práticas e sentidos, e encontrando o comum nas forças que residem e resistem, enquanto ação compartilhada de enfrentamento das dificuldades e (re)encontro com as potências individuais/coletivas de agir (SAWAIA, 2018).

Em tempos em que o número de queimadas na região Amazônica é a maior vista em toda a história (INPE, 2020) e o mundo se vê devastado pela pandemia da COVID-19 e atravessados, especificamente no Brasil, pelo desmonte de políticas públicas de saúde, oriundos do projeto neoliberal (SILVA; RUIZ, 2020). Despontam movimentos sociais como o dos camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) tem discutido e realizado ações amplas de solidariedade com o melhor que lhes é cultivado, em meio aos seus processos de descolonização dos modos de vida (WEDIG; RAMOS, 2020); as populações indígenas, têm

encontrado modos coletivos de cuidado para fortalecer suas comunidades em meio à crise do capital, a partir dos seus princípios de partilha coletiva de vida (ACOSTA, 2016; TENÓRIO; FERNANDES, 2020); as iniciativas comunitárias nas favelas, e seus modos coletivos de enfrentamento às calamidades exacerbadas pela falta de saneamento, saúde, emprego, comida e segurança nestes territórios (MENDONÇA et al, 2020) e tantos outros movimentos sociais, oriundos de populações historicamente subalternizadas, tem lutado por sua comunidade de forma integral, se contrapondo à toda lógica individualizante engendradas pelo capitalismo neoliberal colonizador, e construindo o princípio da comunalidade<sup>19</sup> na América Latina.

Se é possível perceber um ser/fazer comunitário, em um princípio da comunalidade, que constrói fissuras nos modos de vida que se sustentam em si (e, como sabe-se, em cima de tantos, para que esteja nesta posição) e sem dimensão da totalidade histórica; uma das suas facetas é estar presente nas r(e)existências das lutas coletivas e (re)encontro com as memórias históricas e coletivas da América Latina. E a partir da análise aqui presente, reconhece-se que esse encontro não se faz de forma individual, tão pouco é a psicologia, em seu saber solitário, que vai produzir a emancipação social concreta - por mais que aqui se verse e reflita sobre isso. A trajetória da psicologia, carrega em si um processo de neutralização e separação do saber popular e político e, ao mesmo tempo, uma detenção de um suposto saber sobre o ser humano acima de qualquer outra (MARTÍN-BARÓ, 2017). E é com os tantos (povos, territórios, histórias e encontros) que historicamente ignoramos, que precisamos fazer pontes e corpos para aprender, se (re)fazer e propor uma outra psicologia, que produza fissura nas formas históricas de opressão e abra possibilidades para reinvenções de si e do mundo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após as argumentações empreendidas, a relação entre pensar Psicologia e a compreensão da lógica capitalista, patriarcal e colonial que a formou, parece intrínseca. O modelo individualista neoliberal se desdobra em uma das atuais facetas

---

<sup>19</sup> Como analisado anteriormente, o sentido de comunalidade, na prática, não é uma ação nova, mas presente na história, memória e identidade de vidas e territórios em suas formas de agir, pensar, sonhar e ser comunidade em inflexão a construção de sujeitos/subjetividades prisioneiras de seus próprios interesses produzidos, ideologicamente, pelo capital e seus recursos de dominação, de conquista, expropriação e colonização (GONÇALVES, B., 2019; ACOSTA, 2019).

que o capitalismo encontra para a sua manutenção, não desfazendo de tudo daquilo que consumiu, dominou e sucumbiu para o poder da supremacia branca, burguesa e patriarcal ao longo de toda a história. Encobrendo mundos, possibilidades e modos de vida por meio de esvaziamento de sentidos coletivos e individuais. Neste assolamento, a própria história da Psicologia se encontra enquanto produto e reprodutora de padrões de um ser antropoceno, adaptado às lógicas de conquistas, mercantilização da vida e competição interpessoais.

Comprometido não apenas com a realidade concreta da América Latina, mas com os povos subalternizados e deixados à margem da sociedade, o estudo reconheceu que os encontros que a Psicologia se colocou, enquanto uma epistemologia e prática de fissura e inflexão às lógicas neoliberais coloniais patriarcais, foi quando esteve não apenas próxima, mas junta à margem. Quando se colocou em posição de questionamento sobre seus próprios estudos, fazendo uma análise de conjuntura e de sua própria construção epistemológica-metodológica, colocando como protagonistas àqueles que contam a história e tecem suas memórias e mundos em formatos e costuras que a estrutura dominante não reverberou. Nestes, um princípio do “comum” esteve (e está) presente enquanto potência e (re)existência política, construindo modos de integrar práticas, visões, corpos, vidas e horizontes. Seja na voz que ecoa mais alto em conjunto; no uso comum com a terra para o plantio e cultivo da comunidade; nas formas de partilha de vida coletiva em territórios marginalizados e invisíveis perante o Estado. Estes, têm encontrado, desde os ecos de 1492, formas de sobreviver a partir de práticas da construção de comuns, de um ser que se (re)faz comunitário a partir do sentido de comunalidade.

Ao compreender a trajetória histórica do neoliberalismo e do colonialismo como dispositivos não apenas econômicos, mas ideológicos na produção de sujeitos individualizados, explorados, dominados e dominantes. Percebeu-se, no estudo realizado, uma dificuldade em adentrar nos aprofundamentos sócio-políticos e econômicos que fundamentam o conceito do “comum” e versem com os estudos da psicologia. Dado que este limite é um produto do projeto político neoliberal e colonizador, que historicamente se adentra nos campos psicológicos, como visto no decorrer do texto. Aponta-se, desta forma, uma constante necessidade de se aproximar aos estudos, práticas e existências para além deste saber e propor sua contínua reformulação, reflexão crítica e comprometimento social na psicologia.

Ampliando possibilidades de operar no (re)encontro, na (re)existência e na potencialização do sujeito coletivo, ativo, social e histórico.

Frente ao retrocesso, um dos caminhos possíveis se faz a partir do fortalecimento das minorias ativas, inquietando-as sobre seus direitos, modos de vida e estratégias potentes diante das lógicas hegemônicas, como dialogam Lima et al (2019). A possível conclusão aqui se faz, portanto, por um convite ao início: onde a Psicologia produza deslocamentos sobre as posições de domínio e poder sobre a subjetividade; o convite para aprender/ser junto àqueles que estão colocados à margem da sociedade, (re)existindo e se (re)inventando para além de um essencialismo individualista e de opressão do capital, mas a partir de um princípio do comum nas práticas de se fazer/ser/sentir comunidade.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ACOSTA, Francisco Humberto Eduardo Almeida. Psicología para un mundo de desigualdades, dominación y machismo. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 53, n. 2, p. 219-228, 2019.

ALVES, Cândida Beatriz; DELMONDEZ, Polianne. Contribuições do pensamento decolonial à psicologia política. **Psicologia Política**, v. 15, n. 34, p. 647-661, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434404>. Acesso em: 2 ago. 2020.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente, São Paulo: Politéia, 2019.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Decolonialidade e pesquisas narrativas: contribuições para a Psicologia Comunitária. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 3, p. 1-18, 2019. Disponível em: [http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/e3178](http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e3178). Acesso em: 12 ago. 2020.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DUSSEL, Enrique. **1492—o encobrimento do outro**: a origem do mito da **CADERNOS DE PSICOLOGIA**, Juiz de Fora, v. 2, n. 4, p. 683- 708, jul./dez. 2020 – ISSN 2674-9483

modernidade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FEDERICI, Sílvia; CAFFETZIS, George. **COMUNS**: Contra e além do capital. Brasil: Terra Sem Amos, 2020.

FREITAS, Maria de Fátima Q. Psicologia social comunitária latino-americana: algumas aproximações e intersecções com a psicologia política. **Psicologia Política**, v. 1, n. 2, p. 71-91, 2001.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. de Sergio Faraco. São Paulo: L&PM, 2010.

GÓIS, Cezar Wagner de Lima. **Psicologia Comunitária: atividade e consciência**. Editora Instituto Paulo Freire do Ceará, 2005.

GONÇALVES, Mariana Alves. **Psicologia favelada**: Ensaios sobre a construção de uma perspectiva popular em psicologia. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

GONÇALVES, Bruno Simões. **Nos caminhos da dupla consciência**: América Latina, psicologia e descolonização. São Paulo: Editora do Autor, 2019.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo, Martins Fontes, 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Bem-estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LIMA, Carla Fernanda et al. A tríplice estrutura de dominação: quem é o outro do outro no capitalismo patriarcal colonial? **Mnemosine**, v. 15, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/mnemosine/article/view/48316>. Acesso em: 8 set. 2020.

MANCEBO, Deise. Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 22, n. 1, p. 100-111, 2002. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000100011&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932002000100011&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 23 jun. 2020.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. O papel do psicólogo. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1997.

MARTÍN-BARÓ, Ignacio. **Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARX, Karl. **O capital**: livro 1, o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MATTOS, Paulo de Carvalho. Tipos de revisão de literatura. **UNESP. São Paulo**, v. 2, 2015.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de et al. A pandemia COVID-19 no Brasil: ecos e reflexos nas comunidades periféricas. **APS EM REVISTA**, v. 2, n. 2, p. 162-168, 2020. Disponível em: <https://aps.emnuvens.com.br/aps/article/view/124>. Acesso em 10 out. 2020.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1 -17, 2017.

MONTERO, Maritza. Vidas paralelas: Psicología Comunitaria en Latinoamérica y en los Estados Unidos. In: **Psicología Social Comunitaria: teoría, método y experiencia**. Guadalajara: Editorial de la Universidad de Guadalajara. p. 16-45, 1994.

MONTERO, Maritza. Construcción del otro, liberación de sí mismo. In: **Utopía y praxis latinoamericana: revista internacional de filosofía iberoamericana y teoría social**, n. 16, p. 41-52, 2002.

MONTERO, Maritza; SERRANO-GARCIA, Irma. Historias de la Psicología Comunitaria en América Latina: participación y transformación. In: **Historias de la psicología comunitaria en América Latina: participación y transformación**. Buenos Aires: Paidós, 2011.

OLIVEIRA, Isabel Fernandes; PAIVA, Ilana Lemos. A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia. In: **Marx hoje: pesquisa e transformação social**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

PAVÓN-CUÉLLAR, David. Subjetividade e psicologia no capitalismo neoliberal. **Psicología Política**, v. 17, n. 40, p. 589-607, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7436946>. Acesso em 3 mar 2020.

PARKER, Ian. **La psicología como ideología**: Contra la disciplina. Madrid: Catarata, 2007.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Do Estado liberal ao neoliberal**. Interface, v. 1, n. 1, 2011.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. **Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, p. 117-142, 2005.



RELATÓRIO, DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento** (PNUD). 2018. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-2018.html>. Acesso em: 20 jun. 2020.

Relatório Anual de Desmatamento 2019. São Paulo, SP :**MapBiomias**, p. 1-49, v.1, n.1, 2020. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org/> Acesso em: 27 jun. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

ROSA, Leandro Amorim. Senso comum: possibilidades para a construção de uma psicologia política. **Psicologia Política**. v. 13, n. 28, p. 533-548, 2013. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2013000300008&script=sci\\_abstract&tIng=es](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1519-549X2013000300008&script=sci_abstract&tIng=es). Acesso em: 6 fev. 2020.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SVARTMAN, Bernardo Parodi; GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. Comunidade e resistência à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. **Revista Colombiana de Psicología**, v. 25, n. 2, p. 331-349, 2016. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/51980>. Acesso em: 21 mar. 2020.

SAWAIA, Bader Burihan. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. **Psicologia & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000300010&script=sci\\_abstract&tIng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822009000300010&script=sci_abstract&tIng=es). Acesso em: 14 jun. 2020.

SAWAIA, Bader Burihan. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. **Psicologia Social Comunitária: da solidariedade à autonomia**, v. 20, p. 29-43, 2015.

SAWAIA, Bader Burihan; ALBUQUERQUE, Renan; BUSARELLO, Flávia. **Afeto & comum**: reflexões sobre a práxis psicossocial. São Paulo: Alexa Cultural, 2018.

SILVA, Rafael Bianchi; ALEXANDRE, Ana Clara Siena. Políticas sociais e subjetividade: discussões a partir do contexto neoliberal. **Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 1, p. 11-11, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/23784>. Acesso em: 16 jul. 2020.

SILVA, Welison Matheus Fontes da; RUIZ, Jefferson Lee de Souza. A centralidade do SUS na pandemia do coronavírus e as disputas com o projeto neoliberal. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, p. 300-302, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/physis/2020.v30n3/e300302/pt/>. Acesso em: 13 set. 2020.

SPINK, Mary Jane. (Org). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

SVARTMAN, Bernardo Parodi; GALEAO-SILVA, Luís Guilherme. Comunidade e Resistência à Humilhação Social: Desafios para a Psicologia Social Comunitária. **Revista Colombiana de Psicologia**, v. 25, n. 2, 2016. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/psicologia/article/view/51980>. Acesso em: 2 fev. 2020.

TENÓRIO, Tanawy de Souza; FERNANDES, Saulo Luders. **Etnia Xukuru-Kariri e as práticas populares no enfrentamento à Covid-19**. 22 maio 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/etnia-xukuru-kariri-e-as-praticas-populares-no-enfrentamento-a-covid-19/> Acesso em: 05 de out. 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. Análise dos Sistemas-Mundo Como Movimento do Saber. In: VIEIRA, Pedro Antonio; DE LIMA VIEIRA, Rosângela; FILOMENO, Felipe Amin (Ed.). **O Brasil e o capitalismo histórico: passado e presente na análise dos sistemas-mundo**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2012.

WEDIG, Josiane Carine; RAMOS, João Daniel Dorneles. Resistências camponesas em tempos de pandemia. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, n.1, p. 41-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/tessituras/article/view/18904>. Acesso em: 11 set. 2020.